

Revista  **Aeronáutica**

ISSN 0486-6274

Número 320  
2023



# EXPEDIENTE

Pintura 'Olinda'  
de Frans Post  
(1612-1680).

Revista **Aeronáutica**

Fotografe o código  
abaixo para ler esta  
revista, fazer download  
e ou compartilhar as  
edições anteriores.

## Presidente

Maj Brig Ar Marco Antonio  
Carballo Perez

## 1º Vice-Presidente

Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

## 2º Vice-Presidente

Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro

ISSN 0486-6274



## SEDE CENTRAL

Praça Marechal Âncora, 15  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20021-200  
• PABX (21) 2210-3212  
Terça-feira a sexta-feira,  
das 8h às 12h e 13h às 17h

### Superintendente

Cel Av Pedro Bittencourt de Almeida

### Diretor Cultural

Cel Av Araken Hipolito da Costa

### Diretor Social, Tecnologia da Informação e Hotel

Cel Av Ajauri Barros de Melo

### Diretor Financeiro e Patrimonial

Cel Int Genivaldo Bezerra de Oliveira

### Diretor Administrativo

Cel Int Carlos Alberto Macedo de Brito

### Diretor de Contratos

Ten Cel Esp Sup Evandro José Barros Leite

### Diretor Beneficente e Secretaria-Geral

Cap Adm Ivan Alves Moreira

### Dep. Comunicação Social

Cecilia Ferreira

## SEDE BARRA

Av. Raquel de Queiroz, s/nº  
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22793-100  
• (21) 3325-2681  
Quarta-feira a domingo, das 9h às 17h30

### Superintendente

Cel Inf Jupiaci Tadeu Martins Belo

### Diretor Desportivo

Brig Ar Paulo Roberto de Oliveira Pereira

### Diretor Aerodesportivo

Cel Av William Cristovam

### Assessores

Social - Brig Ar Carlos José Rodrigues de Alencastro  
Financeiro - Cel Int Carlos Eduardo Costa Mattos  
Administrativo e Pessoal - Cel Av Luiz dos Reis Domingues  
Superintendência: Cel AV Marcos da Silveira Pereira

## SEDE LACUSTRE

Estrada da Figueira, nº 1  
CEP: 28930-000 - Arraial do Cabo - RJ  
• (22) 2662-1510 / (21)98849-8886

### Superintendente

Cap Esp Met José Renato do Nascimento

## CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente - Ten Brig Ar Paulo Roberto  
Cardoso Vilarinho

## CONSELHO FISCAL

Presidente - Maj Brig Int Manoel José  
Manhães Ferreira

## COMISSÃO INTERCLUBES MILITARES

### Assessores Clube de Aeronáutica

Maj Brig Ar Venancio Grossi  
Cel Av Araken Hipolito da Costa  
Cel Av Ajauri Barros de Melo

## REVISTA AERONÁUTICA

(21) 2220-3691

revista@caer.org.br

### Diretor e Editor

Cel Av Araken Hipolito da Costa

### Conselho Editorial

Maj Brig Ar Marco Antonio Carballo Perez  
Cel Av Araken Hipolito da Costa  
Cel Av Ajauri Barros de Melo  
Cel Av Paulo Roberto Miranda Machado

### Relações Públicas

Cecilia Ferreira

### Design Editorial

Núbia Santos

### Revisão

Lara Alves

### Administrativo

Matheus Martins

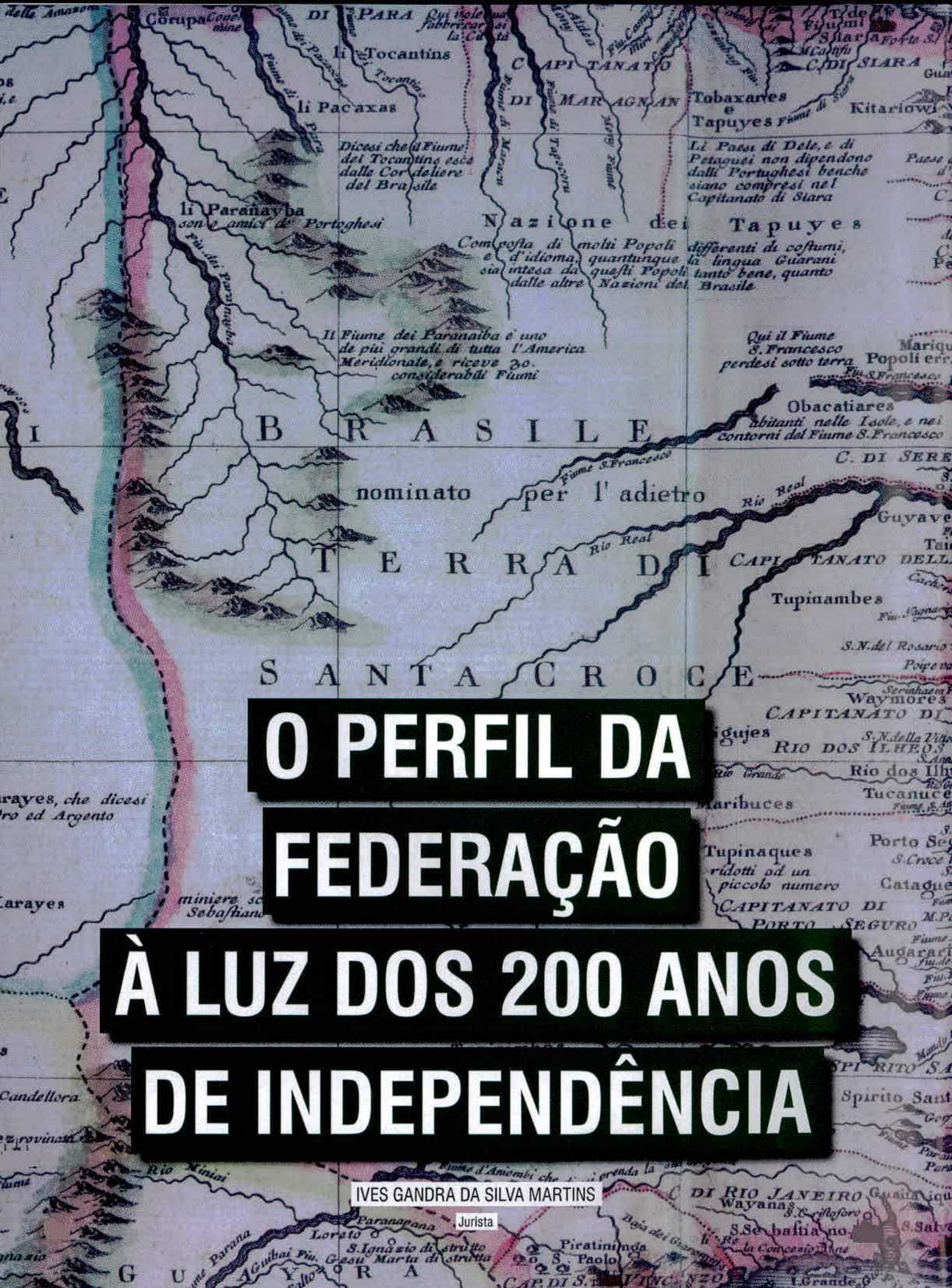
As opiniões emitidas em entrevistas e em matérias assinadas estarão sujeitas a cortes, no todo ou em parte, a critério do Conselho Editorial. As matérias são de inteira responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião da revista. As matérias não serão devolvidas, mesmo que não publicadas.

/clubede aeronauticaj



@clubede aeronauticaj

www.caer.org.br



**O PERFIL DA**

**FEDERAÇÃO**

**À LUZ DOS 200 ANOS**

**DE INDEPENDÊNCIA**

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS

Jurista



**N**a comemoração dos 200 anos de independência do Brasil, ocorrida no ano passado, examinou-se a importância de ter sido um príncipe português a proclamá-la, dando início à única monarquia da América do Sul, em 1822.

Os motivos antropológicos que levaram a esse acontecimento que moldou a história do país têm suas raízes na conformação da nação portuguesa desde sua origem, e influencia, até hoje, o perfil do Estado Brasileiro.

Com efeito, um país, na Europa, herdou, durante a Idade Média, a cultura romana por inteiro: foi Portugal.

Nascido da rebelião de herdeiros de um dos ramos dos reis que disputavam o predomínio entre os diversos reinados espanhóis, teve em Afonso Henriques o seu fundador, ao vencer, na batalha de São Mamede (1128), aqueles que queriam desfazer as sementes do futuro Condado Portucalense e, mais tarde, os mouros em Lisboa. Em 5 de outubro de 1143, com a celebração do Tratado de Zamora, foi Portugal reconhecido como país independente.

A fim de enfrentar os espanhóis, de um lado, e os mouros, de outro, Portugal nasceu e se expandiu, tendo como líderes incontestes reis fortes e senhores feudais a servi-los.

Foi, portanto, Portugal uma exceção no cenário europeu, em que as diversas regiões não se uniam e os países se fragilizavam em face da pulverização do poder por uma infinidade de reis fracos com senhores feudais fortes.

Alguns países que se formavam não conseguiram constituir um poder central unificado, capaz de orientar as expansões nacionais, dividindo-se entre lutas intestinas, lutas externas contra reinos vizinhos e contra mouros.

Portugal, não. Percebendo seus fundadores que, sem unidade, seria impossível a manutenção do país recém-criado, alicerçaram seu projeto político na centralização de poder, característica que o acompanhará pela história e que influenciará, até os dias atuais, a história brasileira.

Roma dominou o mundo porque soube unir o centralismo político e a descentralização administrativa. Portugal seguiu seus passos e, à medida que se expandiu, pôs em prática idêntica lição. Compreende-se, pois, a razão que fez das Ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas os mais avançados textos jurídicos da Europa no fim da Idade Média e no período da Renascença, visto que a estabilidade política e econômica permitia o reger da vida social sem perturbações ou turbulências maiores.

A estabilidade política e a unidade de poder permitiram a Portugal vencer simultaneamente, em sua história, mouros e espanhóis e descortinar a grande saga das descobertas, fruto exclusivo de seu gênio. Italianos, franceses, ingleses e holandeses foram discípulos dos portugueses, seja na escola que permitiu a grande descoberta (Sagres), pois os grandes navegadores, inclusive Colombo e Magalhães, lá estudaram, seja na conquista real de territórios de além-mar, como a América do Sul, ou do périplo da África, da Ásia, seja em inúmeras viagens e explorações.

Colombo e Magalhães serviram a outros senhores, após receberem formação portuguesa, pela impossibilidade de Portugal realizar, simultaneamente, seu projeto de conquista mundial, à falta de gente e de recursos. O mundo conhecido, já Sagres descortinara em meados do século XV. Mesmo o Brasil, assegurado em extensão menor pela assinatura do Tratado de Tordesilhas, foi declarado português para o mundo, por erro estratégico de Cabral, que revelou o continente americano antes do momento oportuno, visto que Portugal, que já o descobrira, não tinha condições de colonizá-lo. Assim é que, apenas 32 anos após sua "descoberta oficial", à falta de recursos e gente, para tomar posse da região, é que foi enviada a primeira grande expedição (Martim Afonso de Sousa). Os esforços portugueses eram destinados a garantir o domínio das Índias.

Portugal, em verdade, detinha, à época, o controle do mundo em suas dimensões atuais, direta ou indiretamente, graças à estabilidade política e econômica gerada pelas conquistas sociais e jurídicas dos primeiros ordenamentos criados, ao fim da Idade Média.

É de se notar, entretanto, que o gigantesco esforço conquistador levou-o a abrir frentes em número maior do que poderia sustentar, razão pela qual não foi possível manter, por mais de um século, o território conquistado.

Em dissertação de especialização preparada para a Cadeira de Ciências de Finanças da FDUSP, em 1971, transformada em livro com prefácio de Roberto de Oliveira Campos, considere que três foram os grandes passos dados na evolução da humanidade na história, a saber: o domínio do fogo, as grandes descobertas e a conquista do espaço, pois nestes momentos o homem deu novo salto para o conhecimento de um Universo maior.

Portugal, portanto, colocou-se no centro dessa tríade de eventos descortinadores de novos horizontes para o homem. O centralismo político português, todavia, transformou-se em uma herança política para o Brasil, visto que, à época do Brasil-Colônia (descentralização administrativa com capitânicas hereditárias, governadores gerais, bandeirantismo de apresamento, ciclo da cana, de pastoreio e de busca de metais e pedras preciosas), as diretrizes políticas vindas da metrópole não foram desrespeitadas, tendo, inclusive, Amador Bueno se negado a ser coroado rei, na restauração do poder português, em 1640, após 60 anos de controle espanhol.

Tal centralismo político e descentralização administrativa fizeram Portugal colônia de forma diferente como eram consideradas

as colônias espanholas, inglesas ou francesas, ou seja, meras extensões territoriais habitadas por povos inferiores.

O centralismo português não subordinou os vencidos, nem considerou inferiores os que viveram nas colônias, razão pela qual a mudança da família real para o Brasil não foi senão a consequência desta união nacional incontestada, realidade irrepetível pelos contornos de formação histórica dos demais países europeus.

Compreende-se, pois, que a essa centralização de poder, no melhor estilo do centralismo romano, deveu-se, de um lado, o fracasso do regime federativo no Brasil, mas, de outro, a unidade continental de seu território. A unidade nacional foi, portanto, preservada na América, ao contrário das experiências espanhola, francesa e inglesa, sem rupturas e sem guerras de conquistas ou libertação, até porque a independência do Brasil foi oferecida por um rei português, que nesta condição morreu em Portugal, com o título de Pedro IV, após afastar seu irmão Miguel da Coroa. De rigor, as lutas da independência foram mais escaramuças contra generais portugueses.

Enquanto a América espanhola pulverizou-se, os Estados Unidos só ganham a dimensão atual por conquistas após a independência, e o Canadá vive ainda hoje a junção de duas conquistas não de todo assimiladas (inglesa e francesa), a unidade brasileira foi fruto dessa vocação para o centralismo político e para a descentralização administrativa, herdada de Portugal.

A toda evidência, tal característica terminou por moldar o país, com a monarquia centralizada, no início, e uma Federação republicana irreal até os dias que correm, tornando o constitucionalismo brasileiro um denso reflexo desta realidade.

Graças a Portugal, o Brasil é hoje uma nação continental. Mas, graças a Portugal, o Brasil não se tornou ainda uma Federação, balançando, em sua história, entre uma Federação e um Estado Unitário Tripartido.

De rigor, fomos um Estado tripartido até 1988, mas com a reformulação do sistema unitário na Constituição de 5 de outubro de 1988, fortalecendo-se as receitas de Estados e Municípios e ofertando-lhe real autonomia financeira, principiou o país a buscar o perfil federativo desejado desde a instalação da República (15 de novembro de 1889).

Parece, todavia, que a tríplex autonomia pertinente à Federação (administrativa, política e financeira) principia a ser, novamente, enfraquecida com o avanço da reforma tributária com nova centralização e distribuição de receitas subordinadas a um futuro Conselho Federativo de perfil ainda indefinido.

Vamos aguardar para julgá-lo.